

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COOPERATIVISMO

CARLA ROSANE DA SILVA MOTA

**A COOPERAÇÃO E A SOLIDARIEDADE NO CONTEXTO DA ESCOLA FAMÍLIA
AGRÍCOLA DA REGIÃO SUL (EFASUL): UMA ESTRATÉGIA FORMATIVA PARA
AS/OS JOVENS DO CAMPO**

Tramandaí

2021

CARLA ROSANE DA SILVA MOTA

**A COOPERAÇÃO E A SOLIDARIEDADE NO CONTEXTO DA ESCOLA FAMÍLIA
AGRÍCOLA DA REGIÃO SUL (EFASUL): UMA ESTRATÉGIA FORMATIVA PARA
AS/OS JOVENS DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em Cooperativismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Cooperativismo.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Bracagioli Neto

Tramandaí

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Mota, Carla Rosane da Silva

A Cooperação e a Solidariedade no contexto da Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL): uma estratégia formativa para as/os jovens do campo / Carla Rosane da Silva Mota. -- 2021.

39 f.

Orientador: Alberto Bracagioli Neto.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Curso de Especialização em Cooperativismo, Tramandaí, BR-RS, 2021.

1. Cooperação. 2. Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL). 3. Estratégia formativa. 4. Juventude do Campo. 5. Solidariedade. I. Neto, Alberto Bracagioli, orient. II. Título.

CARLA ROSANE DA SILVA MOTA

**A COOPERAÇÃO E A SOLIDARIEDADE NO CONTEXTO DA ESCOLA FAMÍLIA
AGRÍCOLA DA REGIÃO SUL (EFASUL): UMA ESTRATÉGIA FORMATIVA PARA
AS/OS JOVENS DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em Cooperativismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Cooperativismo.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Bracagioli Neto

Data de aprovação: 22 de julho de 2021

Banca examinadora

Prof. Dr. Alberto Bracagioli Neto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Jonas José Seminotti

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ms. Carima Oliveira Atiyel

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as educandas e educandos cujos caminhos cruzaram com os meus. Grata por toda a partilha e por todos os aprendizados que a convivência nos proporcionou. A Educação liberta! Que todas/os vocês possam ser verdadeiramente livres, que possam construir uma sociedade melhor, mais humana, com mais amor e afeto, que possam colocar em prática todos os seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Universidade Pública Brasileira, por ter me proporcionado mais uma formação de qualidade e comprometida com a transformação social. Em tempos de ataques às Universidades Públicas, quem teima em produzir conhecimento científico, está lutando pela manutenção de um direito que é de todas/os, inclusive durante uma das maiores pandemias que assolaram a humanidade. Não permitamos que nenhum governante destrua aquilo que temos que mais valioso: o conhecimento!

Dito isto, agradeço à Primeira Turma do Curso de Especialização em Cooperativismo da UFRGS, sobretudo aos colegas conterrâneos de Canguçu/RS, Bianca, Darlan e James, pela parceria e apoio mútuo durante estes dois anos de formação. Registro meu agradecimento, também, ao meu professor orientador Dr. Alberto Bracagioli Neto, pela paciência, compreensão e suporte na reta final do curso.

Agradeço ao coletivo da Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL), educadoras/es, agricultoras/es, educandas/os por dividirem comigo o sonho de uma outra Educação e de uma outra sociedade. Em especial às/aos companheiras/os Carmen Janaina, Amanda, Demaicon, Gisela, Adiene, Ricardo, Jéssica, Jair e Marino, pela força de seguir lutando pela consolidação da proposta da EFASUL.

Agradeço a minha família por terem sempre me incentivado a estudar e buscar pela realização de meus sonhos. Filhas e filhos de agricultoras/es, como eu, também podem e devem frequentar as Universidades. Também podem e devem tornarem-se Especialistas! Muito obrigada à minha mãe Silvia Margaret, ao meu pai João Carlos, minha irmã gêmea Carla Simone, meus irmãos Jarbas e Rodrigo, minha cunhada Cátia e meu sobrinho Eduardo. Elas/eles são, sem sombra de dúvida, a minha maior fortaleza. Agradeço também à Flaiane, por sempre caminhar ao nosso lado (meu e de minha irmã), uma grande amiga que a vida nos deu. Por fim, agradeço ao meu afilhado, Beijamim, fonte de luz e esperança.

Educação do Campo

A educação do campo do povo agricultor
Precisa de uma enxada, de um lápis e de um trator
Precisa do educador pra trocar conhecimento
O maior ensinamento é a vida e o seu valor

Dessa história nós os sujeitos
Lutamos pela vida, pelo o que é de direito
As nossas marcas se espalham pelo chão
A nossa escola, ela vem do coração

Se a humanidade produziu tanto saber
O rádio, a ciência e a cartilha do ABC
Mas falta empreender a solidariedade
Soletrar essa verdade, está faltando acontecer

Gilvan Santos

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender o papel da cooperação e da solidariedade no processo formativo desenvolvido pela Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL), junto às/aos jovens do campo do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul (RS). A metodologia empregada é qualitativa, com características de um estudo de caso e as técnicas utilizadas foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação participante. A EFASUL é uma escola comunitária, pautada pelos princípios da Agroecologia, da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância, que surgiu a partir das demandas de agricultoras/es organizados no Fórum da Agricultura Familiar da Região Sul. Os temas da cooperação e da solidariedade perpassam todo o fazer pedagógico da EFASUL, que vai muito além da sala de aula, contemplando diversos momentos, tais como: as práticas desenvolvidas na área agrícola experimental, os mutirões realizados em propriedades parceiras, os coletivos de trabalho para manutenção e higienização dos ambientes, a construção coletiva de acordos, a convivência das/os educandas/os durante o período em que estão alojados na escola, a realização de rodas e assembleias para as tomadas de decisões, o desenvolvimento de um componente curricular denominado “Economia Solidária e Cooperação Agrícola” e o incentivo às/aos educandas/os para a realização de seus estágios profissionais em espaços de trabalho coletivo. Concluímos que a cooperação e a solidariedade se constituem como eixos estratégicos para um processo formativo realmente diferenciado, capaz de produzir conhecimentos e práticas que contribuam para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas no espaço rural e possibilitem a construção de alternativas para permanência das/os jovens no campo.

Palavras-chave: Cooperação. EFASUL. Estratégia formativa. Juventude do campo. Solidariedade.

Cooperation and Solidarity in the context of the Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL): a training strategy for the young people of the countryside

This article aims to understand the role of cooperation and solidarity in the training process developed by the Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL), with young people from the countryside of the Zona Sul Territory of Rio Grande do Sul (RS). The methodology used is qualitative, with characteristics of a case study and the techniques used were: bibliographic research, documental research and participant observation. EFASUL is a community school, guided by the principles of Agroecology, Countryside Education and the Pedagogy of Alternation, which arose from the demands of farmers organized in the Southern Region Family Agriculture Forum. The themes of cooperation and solidarity permeate all of EFASUL's pedagogical activities, which go far beyond the classroom, covering different moments, such as: practices developed in the experimental agricultural area, joint efforts carried out on partner properties, collectives of work for the maintenance and cleaning of environments, the collective construction of agreements, the coexistence of the students during the period they are housed at the school, the holding of circles and assemblies for decision-making, the development of a component curriculum called "Solidarity Economy and Agricultural Cooperation" and encouragement to students to carry out their professional internships in collective work spaces. We conclude that cooperation and solidarity constitute strategic axes for a truly differentiated training process, capable of producing knowledge and practices that contribute to facing the difficulties experienced in rural areas and enable the construction of alternatives for the permanence of young people in the countryside.

Keywords: Cooperation. EFASUL. Formative strategy. Countryside youth. Solidarity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 — Instrumentos da Pedagogia da Alternância na EFASUL.....	21
Figura 1 – Práticas na área agrícola, para organização e limpeza de canteiros...	29
Figura 2 – Práticas na área agrícola, para cobertura e proteção de canteiros.....	29
Figura 3 – Mutirão na propriedade da família de um educando, para instalação de sistema de irrigação.....	30
Figura 4 – Mutirão na propriedade de uma família parceira, preparação da área para o plantio de videiras.....	30
Figura 5 – Coletivo de trabalho, processando abóbora para o consumo.....	31
Figura 6 – Coletivo de trabalho, preparando pão para as refeições.....	31
Figura 7 – Roda, momento de reflexão e tomada de decisões.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEFASUL	Associação Comunitária Escola Família Agrícola da Região Sul
CETAC	Centro de Treinamento de Agricultores de Canguçu
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EFA	Escola Família Agrícola
EFASUL	Escola Família Agrícola da Região Sul
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSUL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
PPJ	Projeto Profissional do Jovem
RS	Rio Grande do Sul
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária
TC	Tempo Comunidade
TE	Tempo Escola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO SUL – EFASUL: DA ORIGEM AOS PRINCÍPIOS.....	14
2.1 Da Agroecologia	17
2.2 Da Educação do Campo	19
2.3 Da Pedagogia da Alternância	20
3 O COOPERATIVISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA OUTRA FORMA DE ORGANIZAR O TRABALHO.....	24
4 A COOPERAÇÃO E A SOLIDARIEDADE COMO ESTRATÉGIA FORMATIVA NA EFASUL.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
6 REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

As dificuldades enfrentadas pelas/os jovens do campo são cada vez maiores. Em estudo recente, Machado, Mota e Peter (2021) abordam sobre os diversos conflitos socioambientais postos à juventude rural brasileira, em especial às/aos jovens do Território Zona Sul¹ do Rio Grande do Sul (RS) que convivem diretamente com a Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL), tanto egressas/os como atuais estudantes.

Dentre os conflitos identificados pelas autoras e autor estão a concentração de terras, a monocultura, o uso intensivo de agrotóxicos, a desigualdade social, questões geracionais e de gênero. Todos esses são fatores que influenciam diretamente na permanência das/os jovens no campo. Cabe ressaltar que esses problemas não são uma novidade, pelo contrário, tratam-se de velhas problemáticas que ainda persistem (MACHADO; MOTA; PETER, 2021).

Para evidenciar parte desses conflitos, basta observarmos a redução drástica no número de estabelecimentos da agricultura familiar do Território Zona Sul, se compararmos os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos 2006 e 2017. Em 2006, o Território contava com um total de 32.113 estabelecimentos da agricultura familiar, já em 2017 esse número caiu para 26.079. Se olharmos apenas para os dados de Canguçu, município onde a EFASUL está sediada, veremos que de um total de 8.773 estabelecimentos em 2006 caiu para 6.691 em 2017 (IBGE, 2006; 2017). Esses dados dizem muito do que vem ocorrendo com a agricultura familiar em nosso país, uma imensa dificuldade de se manter no campo e de desenvolver projetos produtivos que garantam renda e qualidade de vida.

Diante desse cenário, entende-se que o trabalho coletivo, pautado pelos princípios da cooperação, da Economia Solidária, da autogestão e do respeito mútuo, seja a partir da organização em cooperativas, associações ou grupos informais, ou mesmo através de práticas como os mutirões, podem se constituir enquanto estratégia

¹ O Território Zona Sul do RS é a área de abrangência da EFASUL, composto por 25 municípios: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

para superar as dificuldades enfrentadas pelas/os agricultoras/es familiares, em especial pela juventude, contribuindo para a sua permanência no campo.

Com base no exposto até aqui, este artigo tem como objetivo compreender o papel da cooperação e da solidariedade no processo formativo desenvolvido pela Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL), junto às/aos jovens do Território Zona Sul do RS. Nesse sentido, buscaremos entender de que forma esses temas aparecem no cotidiano da Escola e como podem contribuir na construção de possibilidades para a permanência das/os jovens no campo.

A metodologia empregada para o desenvolvimento deste estudo é, eminentemente, qualitativa, com características de um estudo de caso, método que privilegia análises em profundidade de um determinado grupo ou realidade social (LAKATOS; MARCONI, 2003; GIL, 2007). As técnicas utilizadas foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação participante. A pesquisa bibliográfica foi aplicada para revisar e elucidar temas e conceitos envolvidos com o estudo. A pesquisa documental corresponde à análise do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroecologia, desenvolvido pela EFASUL e da ementa do componente curricular denominado "Cooperação Agrícola e Economia Solidária".

Com relação à observação participante, destacamos a escolha por esta técnica considerando que pertencço à comunidade da EFASUL, fato que também justifica o interesse pelo tema. Faço parte da Escola desde o ano de 2016, ocasião em que ingressou a primeira turma do Curso Técnico em Agroecologia. Atuo como educadora na área de Ciências Humanas, componho a coordenação pedagógica e sou uma das docentes responsáveis pelo componente curricular mencionado. Esta condição possibilita um olhar privilegiado sobre os processos formativos desenvolvidos pela instituição, além de contribuir para uma análise e reflexão mais aprofundada sobre a experiência, suas potencialidades e limitações.

Para dar conta do proposto, o texto está estruturado a partir de cinco partes. A primeira é justamente esta introdução, contendo os elementos básicos sobre o estudo, tais como tema, contexto, justificativa, objetivos e metodologia. Na segunda parte, faremos uma necessária contextualização da experiência da EFASUL, de modo a compreender que escola é essa, como e porque surgiu e quais os princípios que a fundamentam (Agroecologia, Educação do Campo, Pedagogia da Alternância). Na

terceira parte, buscaremos entender o que são o Cooperativismo e a Economia Solidária, enquanto formas de organização do trabalho que se diferenciam do sistema econômico dominante. Essa fundamentação é importante para que, na quarta parte deste texto, possamos compreender o papel da cooperação e da solidariedade no processo formativo desenvolvido pela EFASUL, identificando como esses temas aparecem no cotidiano da Escola. Por fim, na quinta e última parte, traçaremos as considerações finais, destacando a contribuição dessa estratégia formativa para a construção de possibilidades de permanência das/os jovens no campo.

2 A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO SUL – EFASUL: DA ORIGEM AOS PRINCÍPIOS

A EFASUL é uma escola comunitária, pautada pelos princípios da Agroecologia, da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância. Está localizada no município de Canguçu/RS, mas com atuação em nível de Território Zona Sul do RS, e oferece curso de nível médio técnico em Agroecologia, tendo como público-alvo filhas e filhos de agricultoras/es familiares, assentadas/os da reforma agrária, quilombolas e demais povos do campo. O processo formativo desenvolvido pela EFASUL tem como objetivo contribuir na construção de alternativas e possibilidades para a permanência das/os jovens no campo, a partir do resgate e valorização dos saberes historicamente acumulados pelas suas famílias e comunidades, articulados aos conhecimentos técnico-científicos desenvolvidos na escola.

Surgiu a partir das demandas de agricultoras/es do Território Zona Sul do RS, organizados no âmbito do Fórum da Agricultura Familiar da Região Sul². O Fórum atua desde 1995 e é composto por mais de 100 entidades ligadas à agricultura familiar da região: movimentos sociais, cooperativas, associações, organizações não governamentais, instituições de ensino e de pesquisa e órgãos governamentais. Seu objetivo é discutir e propor ações que possam amenizar os problemas vivenciados no campo, tais como o êxodo rural e as dificuldades de desenvolvimento produtivo nas

² Para compreender melhor a experiência do Fórum da Agricultura Familiar, sugerimos a leitura de Rech (2015). A autora aborda sobre o papel do Fórum enquanto uma instituição de participação social e gestão de políticas públicas voltadas ao espaço rural, a partir da articulação de agricultoras/es familiares.

pequenas propriedades rurais. Em 2013, o Fórum propôs a articulação de um Grupo de Trabalho que buscou discutir especialmente as questões relacionadas à sucessão familiar rural e alternativas para a permanência da juventude no campo. Essas discussões resultaram na constituição, em 2014, da Associação Comunitária Escola Família Agrícola da Região Sul (AEFASUL), instituição mantenedora da EFASUL (IFSUL, 2016; PETER, 2018).

Além disso, a EFASUL surgiu inspirada na proposta das Escolas Família Agrícola (EFA's), precursoras da Pedagogia da Alternância. As EFA's tiveram origem em 1930 na França e chegaram ao Brasil no final da década de 1960, com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável e solidário do campo, a partir da formação das/os jovens rurais. As EFA's são escolas comunitárias, constituídas a partir de quatro pilares: associação local, composta por agricultoras/es e instituições ligadas ao campo; formação integral das/os sujeitas/os; desenvolvimento do meio e a própria Pedagogia da Alternância. Atualmente, existem mais de mil EFA's pelo mundo e no Brasil somam mais de 150 unidades, quatro delas no estado do Rio Grande do Sul³ (IFSUL, 2016).

A AEFASUL conta com uma ampla rede⁴ de apoio para a sua manutenção, inclusive financeira. Uma das formas para garantir a continuidade das atividades da escola se dá através da aprovação de projetos em editais de fomento, recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas e apoio de diferentes instituições. Cabe destacar

³ Para além da EFASUL, temos no RS a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), fundada no ano de 2009; a Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha (EFASERRA), fundada em 2013; e a Escola Família Agrícola de Vale do Sol (EFASOL), fundada em 2014.

⁴ Dentre as entidades parceiras estão: Fórum da Agricultura Familiar; Associação Gaúcha das Escolas Família Agrícola (AGEFA); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-Grandense (IFSUL); Centro de Treinamento de Agricultores de Canguçu (CETAC/EMATER); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Prefeitura Municipal de Canguçu; Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Escola Técnica Estadual de Canguçu (ETEC); Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural/RS (SEAPDR); Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA); Associação Regional dos Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPASUL); Cooperativa Sul Ecológica; União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC); Cooperativa União dos Agricultores Familiares de Canguçu; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Canguçu (CONDICA); Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE); Associação dos Docentes da UFPEL (ADUFPEL); Fundação Luterana de Diaconia (FLD); Cáritas Arquidiocesana; CRESOL Central SC/RS; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Bionatur Sementes Agroecológicas; Instituto Padre Josimo (PPC, 2016).

que a manutenção financeira da instituição é uma de suas maiores dificuldades, tendo em vista que não há ingresso regular de recursos, sejam públicos ou privados.

Dentre as instituições que compõem essa rede, destaca-se a parceria firmada com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL), a partir da qual é possível desenvolver o Curso Técnico em Agroecologia. Destaca-se também o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), que cedeu parte do espaço físico do Centro de Treinamento de Agricultores de Canguçu (CETAC), para a instalação da escola, incluindo uma área agrícola experimental.

A escolha pela sede da Escola em Canguçu se deu por diversas razões, dentre as quais se destaca a representatividade do município diante da conformação territorial (IFSUL, 2016). No Território Zona Sul do RS, região de abrangência da EFASUL, existem 26.079 estabelecimentos da agricultura familiar (IBGE, 2017), 116 assentamentos da Reforma Agrária⁵ e 49 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares⁶. Desses totais, estão presentes em Canguçu quase 7 mil propriedades da agricultura familiar, 16 assentamentos e 16 quilombos, além de uma reserva indígena Mbyá Guarani. Canguçu conta com uma área de 3.525 km² e uma população total de 53.259 habitantes, dos quais cerca de 63% (33.565 habitantes) ainda residem no espaço rural (IBGE, 2010). Todos esses dados corroboram com o reconhecimento de Canguçu como a Capital Nacional da Agricultura Familiar.

Até o momento, a EFASUL formou duas turmas do Curso Técnico em Agroecologia, totalizando 36 egressas/os. Desse total, 20 fazem parte da primeira turma, que iniciou suas atividades em março de 2016, na forma integrada (ensino médio e técnico) e 16 da segunda turma, que ingressou em agosto de 2018, pela forma subsequente (apenas curso técnico). Ambas as turmas concluíram suas formações no final de 2019. No início de 2020 a EFASUL iniciou uma nova turma⁷, na forma integrada (Ensino Médio e Técnico em Agroecologia), atualmente com 22 educandas/os, oriundos dos municípios de Amaral Ferrador, Canguçu, Cristal, Eldorado do Sul, Pelotas, Herval e Hulha Negra.

⁵ Dados extraídos do site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

⁶ Dados extraídos do site da Fundação Cultural Palmares, sobre as Comunidades Certificadas.

⁷ Com a pandemia do covid19, as atividades pedagógicas estão sendo desenvolvidas de forma remota.

Como já mencionado, essa Escola é fundamentada por um tripé que articula a Agroecologia, a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância. Compreenderemos o que são cada um desses princípios e sua relação com a proposta da EFASUL nas subseções que seguem.

2.1 Da Agroecologia

De acordo com Abreu, Bellon e Torres (2016), a emergência da Agroecologia está ligada principalmente à atuação direta de produtoras/es familiares, que buscam colocar em prática outras formas de fazer agricultura, baseadas em princípios ecológicos e de igualdade social e ambiental, como forma de ruptura com o modelo de desenvolvimento rural dominante, caracterizado pelo produtivismo e pelo uso de técnicas que degradam o meio ambiente e que intensificam as desigualdades sociais do campo.

A Agroecologia surge, portanto, inicialmente como prática, mas como pontuado pelos autores, numa relação estreita com a produção de conhecimentos científicos relacionados a essa temática, ou seja, ao mesmo tempo que se configura como um modo de fazer alternativo, também é uma proposição científica (ABREU, BELLON, TORRES, 2016). Essa relação entre a prática e a ciência é destacada por diversos autores que são referências nesse debate, dentre eles está Wezel et al (2009), que entende a Agroecologia como a junção de três elementos interrelacionados: o movimento social, como componente político, de organização e de luta por um modelo de desenvolvimento rural sustentável; a ciência, como componente científico, relacionado à produção de conhecimentos; e as práticas agrícolas, componente mais técnico, relacionado às práticas de uso e manejo da terra e dos recursos naturais (WEZEL et al, 2009 apud SCHMIDT, 2018).

Segundo Schmidt (2018), é a partir de autores como Francis, Gliessman, Altieri, que a Agroecologia passa a ser compreendida para além da dimensão produtiva, incluindo a dimensão econômica, política, social e ambiental, um conjunto mais amplo de fatores que influenciam diretamente no sistema alimentar como um todo. Nesse sentido, Schmidt, baseado nas elaborações desses autores, traz a definição da

Agroecologia como “o estudo integrativo da ecologia de todos os sistemas alimentares, abrangendo dimensões ecológicas, econômicas e sociais” (2018, p. 124).

Outra referência na construção teórica sobre a Agroecologia, ainda segundo Schmidt (2018) é Octavio Ruiz-Rosado, autor que considerou a Agroecologia como uma transdisciplina, por conta de seu pensamento ser desenvolvido de forma sistêmica, utilizando métodos e avanços de diversas disciplinas, mas também por levar em conta um conjunto de conhecimentos locais próprios das comunidades de agricultoras/es que praticam a Agroecologia.

A partir dessa perspectiva, a Agroecologia pretende ser uma alternativa ao modelo de produção capitalista no campo, aquele praticado pelo agronegócio, baseado em uma agricultura convencional, fortemente marcada pela concentração de terras, pela monocultura, pelo uso intensivo de agrotóxicos e pela degradação do ambiente e das relações sociais. Uma alternativa que, de acordo com Moreira e Carmo (2004) vai muito além de simplesmente substituir as técnicas de produção e os insumos, por exemplo, mas passa por uma redefinição de toda a sociedade, pelo fortalecimento da agricultura familiar, por modificações na estrutura fundiária, por políticas públicas que promovam a emancipação dos trabalhadores e o combate à miséria, à fome e às desigualdades sociais.

O Brasil tem se destacado na produção de alimentos baseados nos princípios ecológicos, produção esta que cresceu nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 2000, com a adoção de um conjunto de políticas públicas que incentivaram a produção orgânica e agroecológica. Um marco nesse processo é a construção da Lei de Produção Orgânica (Lei 10831), criada em 2003 e regulamentada em 2007. Destaca-se, também, a construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), em 2013, que envolveu muitos atores, desde órgãos governamentais até representantes da sociedade civil vinculados aos movimentos sociais do campo (ABREU; BELLON & TORRES, 2016).

A EFASUL escolheu desenvolver um Curso Técnico em Agroecologia, ao invés dos cursos técnicos mais recorrentes, como o de Agricultura ou o de Agropecuária, justamente por entender que este é o caminho para a construção e consolidação de uma outra forma de fazer agricultura e de viver no campo, com sustentabilidade, qualidade de vida e em harmonia com a natureza e com as comunidades locais. Essa

escolha encontrou respaldo no IFSUL que, a partir de uma parceria firmada com a AEFASUL (instituição mantenedora da EFASUL), passou a contribuir com a coordenação do curso e certificar as/os educandas/os no final de suas jornadas.

2.2 Da Educação do Campo

Roseli Caldart (2002; 2009; 2012), uma das principais referências quando se trata de Educação do Campo, destaca que esta concepção surgiu a partir da luta dos movimentos sociais camponeses, em especial do Movimento Sem Terra (MST), pelo direito das/os trabalhadoras/es do campo à educação. Surgiu, no primeiro momento, como uma luta específica por educação nas áreas de reforma agrária e, aos poucos, foi se ampliando para o conjunto das/os trabalhadoras/es do campo: agricultoras/es familiares, quilombolas, nações indígenas, assalariadas/os rurais, entre outros.

Segundo a autora, a Educação do Campo já surgiu como uma proposição prática, como uma alternativa ao modelo de educação dominante (CALDART, 2009). Esse modelo é, de modo geral, descontextualizado, não dialoga com as realidades locais onde as escolas estão inseridas, foi pensado a partir dos parâmetros do mundo urbano e, na maioria das vezes, acaba reforçando a lógica do “rural atrasado” e do “agricultor ignorante”, além de estar orientado para a reprodução do capitalismo, tanto no sentido da formação de mão de obra para as cidades, como para o agronegócio.

Nas palavras da autora:

Educação do Campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002, p.18).

No trecho acima, Caldart destaca uma questão importante, a educação precisa estar em todos os lugares, inclusive no espaço rural, mas isso não é o bastante, ela precisa pertencer às/aos trabalhadoras/es do campo, precisa estar em diálogo permanente com o seu modo de vida, com sua cultura e com suas necessidades. A partir dessa perspectiva, estão articuladas duas dimensões: a da universalidade, no que diz respeito ao acesso e a da particularidade, de cada lugar, de cada grupo social

(CALDART, 2009). Em outra passagem, Caldart (2012, p. 263) afirma que “a Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim dos camponeses”, demarcando assim o protagonismo necessário para a construção coletiva do conhecimento.

Desta forma, a Educação do Campo se constitui na esteira da Educação Popular, compreendendo a importância da realidade vivida pelos/as sujeitos/as na construção de um processo educativo verdadeiramente emancipatório, que resgate e valorize os saberes dos povos do campo e caminhe na direção de um outro projeto de sociedade, pautado pela produção de alimentos saudáveis, pelo trabalho coletivo, pela desconcentração de terras e pela eliminação das desigualdades sociais e de qualquer forma de exploração, seja entre gerações, entre homens e mulheres, entre diferentes etnias (CALDART, 2012).

Nessa perspectiva, Agroecologia e Educação do Campo se complementam, se articulam e se encontram na proposta formativa da EFASUL, uma escola para filhos e filhas de agricultores familiares, assentados e assentadas da reforma agrária, quilombolas, indígenas e outros povos do campo.

2.3 Da Pedagogia da Alternância

Para além da Agroecologia e da Educação do Campo, o processo formativo da EFASUL está ancorado na Pedagogia da Alternância. Como o próprio nome já sugere, esta concepção prevê a alternância entre espaços diferentes, a propriedade familiar e a escola, de modo a promover a articulação entre os saberes populares próprios das famílias e das comunidades de origem das/os educandas/os e os conhecimentos técnico-científicos desenvolvidos no ambiente escolar.

Segundo Nosella,

A denominação ‘Pedagogia da Alternância’ se refere a uma forma de organizar o processo de ensino-aprendizagem alternando dois espaços diferenciados: a propriedade familiar e a escola. Seus princípios básicos podem ser assim enunciados: 1. responsabilidade dos pais e da comunidade local pela educação de seus filhos; 2. articulação entre os conhecimentos adquiridos por meio do trabalho na propriedade rural e aqueles adquiridos na escola; 3. alternância das etapas de formação entre o espaço escolar definido pelas “Escolas Família Agrícola” e a vivência das relações sociais e de produção na comunidade rural (NOSELLA, 2012, p. 30-31).

Assim, as/os educandas/os permanecem um período de sua formação na escola, período denominado como “Tempo Escola” (TE) e outro período em suas casas, chamado de “Tempo Comunidade” (TC), desenvolvendo pesquisas junto de suas famílias e comunidades e colocando em prática os conhecimentos desenvolvidos ao longo da formação. Essa estratégia permite articular os saberes popular e acadêmico, a realidade local e a escola e tem no trabalho o seu princípio educativo. Corroborando com essa perspectiva, Gimonet (2007, p.70) nos diz que “a formação alternada supõe ‘dois programas’ de formação: o da vida e o da escola. O primeiro oferece conteúdos informais e experienciais, e o segundo conteúdos formais e acadêmicos”.

Na EFASUL essa alternância é semanal, uma semana de TE, onde as/os educandas/os ficam alojados na escola e uma semana de TC. E é a partir desse movimento que os conteúdos dos diferentes componentes curriculares são abordados, tanto aqueles que compõem a formação geral (do ensino médio), como também aqueles que compõem a formação específica (do curso técnico em Agroecologia). Ambas as formações são desenvolvidas com carga horária parte no TE e parte no TC. Além disso, destaca-se a busca pela interdisciplinaridade, privilegiando a interlocução entre os diferentes componentes curriculares e áreas do conhecimento.

A articulação proposta pela Pedagogia da Alternância se torna possível a partir da aplicação de diversos instrumentos pedagógicos, que são comuns às EFA’s de todo o mundo, dentre os quais destacamos: Plano de Formação, Plano de Estudos, Colocação em Comum, Caderno de Realidade, Caderno de Acompanhamento, Rodas, Coletivos de Trabalho, Tutorias, Serões, Intervenções Externas, Viagens e Visitas de Estudos, Mutirões, Visitas às Famílias e Projeto Profissional do Jovem (PPJ). No Quadro 1 abaixo, apresento um pouco desses instrumentos, com base no PPC do Curso:

Quadro 1 – Instrumentos da Pedagogia da Alternância na EFASUL

Instrumento	Descrição
Plano de Formação	Cada ano letivo do Curso é orientado por um Plano de Formação, com temas geradores, que se constituem como o fio condutor para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Os temas geradores são: 1º ano – “Eu, minha família e minha terra”; 2º ano – “A comunidade”; e 3º ano – “Políticas Públicas e Movimentos Sociais”. O Plano de Formação prevê os temas específicos que serão abordados em cada TE, por meio dos Planos de Estudos.

Plano de Estudos	No final de cada TE as/os educadoras/es encaminham um Plano de Estudos, promovendo a motivação das/dos educandas/os sobre o tema proposto e orientando as/os jovens na elaboração do roteiro da pesquisa, que deve ser desenvolvida no TC. Assim, o Plano de Estudos se constitui como um importante instrumento pedagógico na articulação entre família e escola, conhecimentos empíricos e teóricos, trabalho e estudo. Através dele, as potencialidades da Alternância se valorizam, tornando-se a grande fonte de reflexão, problematização e interferência sobre a realidade.
Colocação em Comum	Momento em que as/os jovens socializam com as/os colegas e educadoras/es as pesquisas realizadas a partir do Plano de Estudos no TC. Durante a Colocação em Comum, constrói-se uma síntese com a contribuição do que cada educanda/o. As/os educadoras/es acompanham e facilitam o processo para que haja participação efetiva de todas/os as/os jovens, provocam o debate, problematizam o tema e levantam os pontos de aprofundamento nas aulas e disciplinas.
Caderno de Realidade	Nele são registrados os conhecimentos sobre a realidade da/o educanda/o, decorrente da necessidade de sistematizar a pesquisa realizada a partir do Plano de Estudos durante o TC. É no Caderno de Realidade que a/o jovem registra as suas reflexões e estudos aprofundados, é o "lugar" onde ficam ordenadas essas informações.
Caderno de Acompanhamento	É um meio de comunicação entre a escola e a família. Com ele, a família se compromete no processo formativo, acompanhando e orientando os/as filhas/os sobre o que deve ser realizado durante a semana que permanecem em casa. Através desse caderno, a família informa-se sobre o que ocorreu na escola, inclusive avaliação de convivência, habilidades práticas e aprendizagem e a Escola informa-se sobre o que ocorreu em casa, quais práticas e atividades a/o educanda/o desenvolveu na propriedade rural ou comunidade.
Rodas	São espaços para discussão, reflexão e resolução de questões sobre situações do cotidiano. Momento onde todas/os educandas/os e educadoras/es se reúnem em roda, para tratar de questões positivas ou negativas do cotidiano, transmitir avisos, colocar demandas ou trazer outros assuntos de interesse coletivo. As rodas acontecem três vezes ao dia: antes do café da manhã, antes do almoço e antes da janta.
Coletivos de Trabalho	As/os educandas/os se organizam em pequenos grupos com o objetivo de manter a estrutura física da escola, a limpeza e a organização dos ambientes. O planejamento geral dessa organização acontece no início de cada ano letivo, de forma coletiva e, a cada TE, é realizado revezamento nas áreas pelas quais cada grupo ficará responsável. Essas áreas são: cozinha, quartos, banheiros, área agrícola, sala de aula, entre outros.

Tutorias	Cada educanda/o tem uma educadora ou educador Tutora/Tutor, responsável por acompanhar o cotidiano dessa/e educanda/o, orientar o desenvolvimento dos Planos de Estudos e do PPJ e fazer a interlocução com a família. Com essa metodologia, cada educadora/educador tem um grupo pequeno de educandas/os para orientar, o que permite um suporte individualizado e personalizado, com base nas particularidades de cada uma/um.
Serões	Acontecem no turno da noite e se constituem em um tempo reservado para ampliação e reforço de conhecimentos que estejam sendo trabalhados, bem como discussões sobre temas pertinentes à etapa formativa. Essas discussões podem se configurar como grupos de estudos, leituras dirigidas, cine-debates, rodas de conversa, com ou sem a participação de convidados externos, dentre outras atividades.
Intervenções Externas	Consiste em palestras, cursos, seminários, oficinas, entre outros, que servem para complementar o tema do Plano de Estudos. São convidadas/os agricultoras/es, familiares de estudantes, técnicas/os ou profissionais que tenham algo a contribuir, a partir de suas experiências pessoais.
Viagens e Visitas de Estudo	Têm por finalidade levar as/os educandas/os a observarem novas realidades e novas práticas, diferentes daquelas em que vivem e do ambiente da escola, proporcionando intercâmbios de informações e experiências no campo profissional e social. As visitas são motivadas pelo tema do Plano de Estudos. É mais uma forma de complementar o tema e mais uma estratégia de aprendizagem, com experiências externas à escola.
Visitas às Famílias	Atividade desenvolvida pelas/os educadoras/es no meio familiar da/o educanda/o, com o objetivo de aproximar a escola da família e das comunidades, assim como, facilitar o conhecimento sobre a realidade da/o educanda/o e criar condições para o estabelecimento do diálogo entre educadoras/es e pais e entre pais e filhas/os, proporcionando discussões e entendimento sobre as responsabilidades de cada um no processo educativo das/os jovens, sobre questões técnicas e sobre questões pedagógicas da Escola.
Projeto Profissional do Jovem	Ao iniciar seus estudos na Escola, a/o jovem será orientada/o a construir o seu Projeto Profissional. Trata-se de uma intervenção a ser implementada na propriedade da/o educanda/o, partindo de seus interesses pessoais e das necessidades da família. Pode ser uma melhoria em algo já existente ou uma inovação, de acordo com os princípios da Agroecologia. Através desse instrumento, a/o educanda/o irá aplicar o resultado das pesquisas dos Planos de Estudos, servindo como um meio de buscar inserção no mundo do trabalho, ou seja, que gere trabalho e renda para a/o jovem, preferencialmente, na propriedade familiar.

Fonte: Adaptado do PPC do Curso Técnico em Agroecologia da EFASUL (IFSUL, 2016).

Os diversos instrumentos pedagógicos descritos no quadro acima refletem a complexidade da Pedagogia da Alternância e demarcam uma forte diferenciação se comparada com as metodologias convencionais de ensino-aprendizagem. A Pedagogia da Alternância, como se pode observar, privilegia metodologias problematizadoras e tem na realidade vivenciada pelas/os jovens, suas famílias e comunidades o ponto de partida para a construção coletiva de conhecimentos.

3 O COOPERATIVISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA OUTRA FORMA DE ORGANIZAR O TRABALHO

Sabemos que a cooperação e a solidariedade são práticas presentes desde os primórdios da humanidade. Os povos antigos, da Pré-História por exemplo, já as praticavam na luta pela sobrevivência. No entanto, enquanto princípios que constituem um outro tipo de sistema econômico e social, em contraponto ao modelo capitalista dominante, podemos datar a origem desses pensamentos no final do século XVIII, início do século XIX.

Os primeiros pensadores que abordaram o tema ficaram conhecidos como “Socialistas Utópicos”, dentre eles podemos destacar: Robert Owen (1773-1858), que elaborou uma proposta ao governo britânico para enfrentar o desemprego e a pobreza e restabelecer o crescimento das atividades econômicas (em virtude da depressão econômica vivenciada em 1815 pela Grã-Bretanha), baseada na implementação de Aldeias Cooperativas; Charles Fourier (1772-1873), que pensou os falanstérios, comunidades autogeridas nas quais as pessoas teriam liberdade para escolher seu trabalho de acordo com suas paixões; Claude Saint-Simon (1760-1825), que via a sociedade como uma grande fábrica, de administração coletiva, sem a existência da propriedade privada, no entanto, haveria ainda certa desigualdade, pois a ideia de fábrica previa a hierarquização; e Pierre Proudhon (1809-1865), que defendia um modelo de sociedade formada por pequenos produtores que, ao invés de dinheiro, utilizariam certificados de circulação para trocar serviços (ROSA, 2013).

Esses ideais, em especial aqueles defendidos por Robert Owen, incentivaram e inspiraram o surgimento de diversas experiências práticas de cooperação e solidariedade, como é o caso da “Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale”,

uma das primeiras experiências bem sucedidas do que conhecemos por Cooperativismo e, mais recentemente, por Economia Solidária. O êxito dessa iniciativa serviu de modelo para muitas outras cooperativas mundo afora. Além disso, os princípios e fundamentos elaborados pelos Pioneiros de Rochdale são utilizados até os dias atuais.

Os Pioneiros de Rochdale se constituíram em meados do século XIX, mais precisamente em 1844, por um grupo de 27 tecelões e uma tecelã, em Manchester na Inglaterra. O grupo surgiu e se formou em resposta às consequências da consolidação do capitalismo, por meio da Revolução Industrial, tais como: empobrecimento dos artesãos, que não podiam competir com a produção em massa das indústrias (visto que o século XIX se destaca com a inserção de mais máquinas nas esteiras de produção); exploração dos trabalhadores, através de jornadas de trabalho excessivas (de 15 a 18 horas diárias) e salários miseráveis; trabalho infantil e condições desumanas de trabalho em um sistema econômico que não se preocupava com o bem-estar de seus trabalhadores e trabalhadoras (SINGER, 2002).

Dentre os princípios defendidos pelos Pioneiros de Rochdale, podemos destacar o caráter democrático da organização. O livro de Holyoake (1933) conta, com uma riqueza enorme de detalhes, algumas das estratégias adotadas para garantir a efetiva participação de todos os membros da cooperativa, tais como as reuniões semanais e as assembleias, onde todos podiam participar, opinar e contribuir para as decisões sobre os rumos do empreendimento, sem qualquer discriminação. "A cooperação não pode existir sem o espírito de tolerância para com todas as opiniões" (HOLYOAKE, 1933, p. 50). Este é um dos principais elementos do cooperativismo, a primazia da autogestão sob a forma capitalista de organização social, aquela baseada na hierarquia, na diferenciação social e tomada de decisões centralizada e sem qualquer participação das/os trabalhadoras/es.

Junto com o caráter democrático da organização, se somam tantos outros princípios que, até hoje, são mencionados e reforçados pelo movimento cooperativo, a saber: participação dos sócios no controle do capital da cooperativa (decidindo onde os excedentes serão investidos: formação de fundo, investimento na cooperativa, incentivo a outras atividades, retorno para os associados); preocupação com a educação dos cooperados, ou seja, com o desenvolvimento de ações que possam

contribuir para a construção de conhecimentos relevantes à atividade da cooperativa e à formação dos associados enquanto cidadãos; preocupação com o desenvolvimento das comunidades afetadas pela cooperativa, no sentido do bem-estar dos cooperados e da população que se encontra ao entorno da cooperativa, priorizando o desenvolvimento local e comunitário; entre outros (HOLYOAKE, 1933).

No entanto, com o passar do tempo, as cooperativas foram se afastando dos ideais e princípios que as constituíram enquanto “movimento”. De tal forma que, em muitos casos, o termo “cooperativa” não é mais suficiente para caracterizar relações de trabalho coletivo e solidário, tal como idealizado pelos Socialistas Utópicos e posto em prática pelos Pioneiros de Rochdale. Isto pode ter se dado, em parte, por conta da dificuldade de manter os princípios da autogestão em empreendimentos de grande porte. As cooperativas foram se consolidando e ganhando cada vez mais espaço na sociedade. Em contrapartida, se intensificaram os desafios em manter vivos os princípios que deram base a esse modelo de organização socioeconômica.

Com o intuito de resgatar os princípios originários do cooperativismo, surge uma nova forma de trabalho associado: a Economia Solidária. Também conhecida como Economia Social ou Economia Popular. Este novo modo de produzir, consumir, distribuir e viver é decorrente das consequências da adoção de políticas neoliberais na América Latina (datadas da década de 1990), que trouxeram na “garupa” o desemprego e a pobreza. Segundo Paul Singer (2002), um dos principais teóricos e militantes brasileiros sobre o tema da economia solidária, é justamente nesses momentos de crise do sistema capitalista, que experiências de economia solidária surgem e se fortalecem, são nesses contextos que as populações menos favorecidas, em situação de vulnerabilidade social, na grande maioria das vezes desempregada, busca alternativas de sobrevivência e obtenção de renda.

No Brasil, as primeiras experiências cooperativistas surgiram no início do século XX, impulsionadas pelos imigrantes europeus. No entanto, a Economia Solidária, da maneira que se apresenta contemporaneamente, data da década de 1990 (SINGER, 2002), a partir do contexto mencionado anteriormente. É nesse período que o termo “Economia Solidária” começa a ser utilizado para designar os empreendimentos que, de fato, se organizavam de forma solidária e autogestionária.

Assim, entende-se economia solidária como uma forma diferenciada de produzir, consumir, vender, trocar e comprar. Dentre seus princípios fundamentais estão: a autogestão, ou seja, a não existência da relação patrão versus empregado e, conseqüentemente, a não existência da condição de assalariamento e a tomada coletiva das decisões; relações sociais baseadas na solidariedade e na cooperação; propriedade coletiva dos meios de produção e/ou distribuição; respeito ao ser humano e ao meio ambiente, valorizando o trabalho e utilizando de forma consciente os recursos naturais; conhecimento compartilhado e divisão equitativa dos resultados econômicos.

De forma mais sintética podemos definir economia solidária como:

[...] o conjunto dos empreendimentos econômicos de caráter associativo em que (i) o trabalho; (ii) os resultados econômicos; (iii) a propriedade dos meios de operação (de produção, de consumo, de distribuição, etc); (iv) o poder de decisão e (v) o conhecimento relacionado ao seu funcionamento são compartilhados de forma solidária entre aqueles que deles participam diretamente (CRUZ, 2006, p. 69).

Considerando as características descritas acima, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) podem assumir diversas configurações, como por exemplo, podem se constituir enquanto cooperativas ou associações (desde que legalmente formalizados) ou podem se constituir enquanto grupos ou coletivos informais. Os EES podem ser urbanos e/ou rurais, organizados para a produção, para o consumo, para a prestação de serviços, para a comercialização conjunta (através de feiras e clubes de trocas), para o financiamento mútuo ou compartilhado (por meio de bancos comunitários e cooperativas de crédito); entre outros formatos.

As experiências de economia solidária se espalham por todo o Brasil. De acordo com o Atlas Digital da Economia Solidária, cujos dados estão disponibilizados em uma plataforma online, o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), existem 19.708 EES distribuídos por todo o território nacional. Empreendimentos estes que podem ser de produção agrícola (na sua maioria de base agroecológica e com origem na agricultura familiar, presentes, dentre outros espaços, em assentamentos da reforma agrária e comunidades quilombolas), de costura, de artesanato, de alimentação, de produtos de higiene, de coleta e reciclagem de resíduos sólidos, de

floricultura, de prestação de serviços nas áreas da construção civil, da saúde, do transporte, da educação, entre inúmeros outros setores.

Na agricultura familiar, universo em que está inserida a EFASUL, os princípios da Economia Solidária se potencializam, trata-se de mais uma estratégia para enfrentar as múltiplas dificuldades postas às/aos trabalhadoras/es do campo, especialmente entre aqueles que escolhem trabalhar e viver a partir da Agroecologia. No Território Zona Sul do RS temos diversos exemplos de iniciativas de cunho solidário, que articulam agricultoras/es familiares, em torno da produção, da comercialização, do consumo, do crédito, entre outros. Uma dessas experiências é a Rede Rizoma, um circuito local de comércio justo, que reúne Grupos de Consumo Responsável e empreendimentos solidários produtivos da Região Sul do RS.

A Rede Rizoma é composta por grupos de consumidoras/es e de agricultoras/es familiares e busca, entre outros objetivos, viabilizar a comercialização e o acesso de produtos de origem orgânica ou agroecológica da região. Os "nós" da Rede Rizoma estão presentes nos municípios de Pelotas, Rio Grande, Jaguarão e São Lourenço, mas agregam produtoras/es de outros municípios da região, como Canguçu, Morro Redondo e São José do Norte. Através da Rede Rizoma, os grupos vinculados se fortalecem, fortalecem sua atuação em rede (então produtos de Jaguarão vão para São Lourenço, por exemplo), além de viabilizarem o escoamento da produção local e compras coletivas de produtos que não são encontrados na região, de forma a reduzir custos de frete, diversificar a oferta de produtos aos consumidores envolvidos e disponibilizar insumos para os empreendimentos produtivos.

O exemplo mencionado, evidencia as potencialidades das organizações coletivas, solidárias, para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo.

4 A COOPERAÇÃO E A SOLIDARIEDADE COMO ESTRATÉGIA FORMATIVA NA EFASUL

A EFASUL compreende que o Cooperativismo e a Economia Solidária são as formas de organização do trabalho que mais dialogam com a proposta formativa da Escola. Assim, a cooperação e a solidariedade são incentivadas como estratégia para

ampliar as possibilidades de renda nas propriedades familiares e consolidar espaços de trabalho e de organização coletivos, visando à permanência das/os jovens e suas famílias no campo (PPC, 2016).

Esse incentivo se dá de diversas formas, através do fazer pedagógico cotidiano da EFASUL, em momentos como: as práticas desenvolvidas de forma coletiva na área agrícola experimental, os mutirões realizados nas propriedades das/os educandas/os e em propriedades parceiras, os coletivos de trabalho para manutenção e higienização dos ambientes, a construção coletiva de acordos e a convivência das/os educandas/os durante o período em que estão alojados na escola, as rodas e assembleias, entre outras situações.

As práticas desenvolvidas na área agrícola experimental da EFASUL são um importante espaço de aprendizado técnico e humano. A partir da orientação das/os educadoras/os da Escola, as/os educandas/os realizam atividades diversas, desde a manutenção da horta que abastece a cozinha da instituição, com práticas como a semeadura, o plantio, a rega, a capina e a colheita até atividades de conservação do solo, de construção de estufas para a produção entre safras, de implantação de sistemas agroflorestais, entre outras atividades. Todas realizadas de forma coletiva, com a participação das/os educandas/os. Estas práticas fazem parte dos componentes curriculares da formação técnica, que intercalam conteúdos teóricos, trabalhados em sala de aula, com atividades em campo.

Figura 1 – Prática na área agrícola, para organização e limpeza de canteiros.



Fonte: Acervo EFASUL, 2019.

Figura 2 – Prática na área agrícola, para cobertura e proteção de canteiros.



Fonte: Acervo EFASUL, 2019.

Os mutirões são organizados e realizados entre as famílias das/os educandas/os e com famílias parceiras da Escola, referências no campo da Agroecologia. Em texto sobre a experiência dos mutirões na EFASUL, Machado, Amaral e Mota (2019, p.251), destacam que essas práticas têm como objetivo “por um lado, contribuir com as famílias dos estudantes no desenvolvimento das atividades cotidianas e de manutenção das UPFs⁸. Mas, ao mesmo tempo, busca trazer para seu processo formativo a importante colaboração das famílias e de seu saber fazer”, qualificando a formação das/os jovens. Ainda de acordo com as autoras, os mutirões contribuem para o resgate de práticas comunitárias de trabalho coletivo que têm se perdido ao longo das últimas décadas.

Figura 3 – Mutirão na propriedade da família de um educando, para instalação de sistema de irrigação.



Fonte: Acervo EFASUL, 2019.

Figura 4 – Mutirão na propriedade de uma família parceira, preparação da área para o plantio de videiras.



Fonte: Acervo EFASUL, 2019.

Os coletivos de trabalho, conforme já mencionado no quadro dos instrumentos da Pedagogia da Alternância, constituem-se como pequenos grupos organizados pelas/os educandas/os para manter a estrutura física da escola, a limpeza e a organização dos diferentes ambientes. No início de cada ano letivo, são levantadas, coletivamente, todas as atividades necessárias à manutenção do cotidiano da Escola, em momento conjunto entre educandas/os e educadoras/es. E, a cada TE, é organizado um rodízio de modo a garantir que todos os grupos passem por todas as atividades ao longo do ano. Essas atividades correspondem desde a limpeza dos

⁸ Unidades de Produção Familiar.

quartos, dos banheiros, da sala de aula até o suporte na cozinha, na preparação das refeições (inclusive o café da manhã, grupo que precisa acordar antes dos demais) e lavagem das louças, passando por algumas tarefas na área agrícola e no entorno do prédio. A cada TE, um coletivo de trabalho é responsável por uma dessas áreas e o não cumprimento das atividades acarreta em prejuízo para todo o grupo. Essa dinâmica estimula o senso de coletividade e de responsabilidade.

Figura 5 – Coletivo de trabalho, processando abóbora para o consumo.



Fonte: Acervo EFASUL, 2018.

Figura 6 – Coletivo de trabalho, preparando pão para as refeições.



Fonte: Acervo EFASUL, 2019.

Com relação aos acordos de convivência, no início de cada jornada com uma nova turma, são construídos, também coletivamente, as normas e regramentos que regem a convivência na Escola. Esses acordos são revistos sempre que necessário, ao longo do processo formativo, em momentos chamados de Assembleias. As/os educandas/os ficam alojados na EFASUL durante o TE, divididos entre quatro dormitórios, dois femininos e dois masculinos e permanecem na escola de segunda-feira à sexta-feira. Condição esta que transforma o ambiente escolar em um espaço de intensa convivência, desde o momento de acordar até o momento de ir dormir, de fazer as refeições, de escovar os dentes, de tomar banho e tudo que envolve o dia-a-dia. Essa convivência exige o estabelecimento de acordos coletivos, que garantam um ambiente saudável e respeitoso. Todo esse processo, tanto de construção dos acordos como da própria convivência, contribui sobremaneira para a promoção de valores como a honestidade, a tolerância, o respeito ao outro e a solidariedade.

As rodas e as assembleias são momentos de diálogo e tomada de decisões que afetam todas/os as/os envolvidas/os. Como mencionado no quadro dos instrumentos

da Pedagogia da Alternância, as rodas acontecem três vezes ao dia (antes do café da manhã, antes do almoço e antes da janta) e são espaços para discussão, reflexão e resolução de questões sobre situações das mais diversas possíveis, tais como: questões relacionadas aos coletivos de trabalho (alguma tarefa que não tenha sido cumprida e que esteja prejudicando o coletivo); situações que possam ter ocorrido durante a noite (como o desrespeito do horário de silêncio); sugestões para a melhoria do andamento das atividades do cotidiano (como a dinâmica de alguma aula); entre muitos outros exemplos. Quando o assunto levantado na roda demanda uma reflexão e uma discussão mais aprofundada, são convocadas as assembleias, que podem ocorrer com ou sem a presença das/os educadoras/es.

Figura 7 – Roda, momento de reflexão e tomada de decisões.



Fonte: Acervo EFASUL, 2020.

Todos esses processos, articulados entre si e com a proposta geral da Escola, buscam colocar em prática os princípios do trabalho coletivo, do convívio solidário, da tomada coletiva de decisões e do respeito mútuo. Princípios que podem alcançar outros espaços, como a família e a comunidade, a partir da atuação das/os próprias/os educandas/os. Para dos processos mencionados, que vão muito além do espaço da sala de aula, propriamente dita, ainda contamos com o desenvolvimento de um componente curricular específico para abordar os temas da cooperação e da solidariedade, denominado “Economia Solidária e Cooperação Agrícola”, disciplina que complementa a prática já presente no cotidiano, a partir de uma abordagem teórica.

Esse componente curricular é desenvolvido ao longo dos três anos de formação do Curso Técnico em Agroecologia, somando um total de 72 horas/aula. Durante o primeiro ano letivo, as/os educandas/os têm acesso a uma discussão sobre o mundo do trabalho, o conceito de trabalho e os modos de produção ao longo da história da humanidade, bem como uma introdução ao Cooperativismo, sua história, objetivos e princípios e à Economia Solidária, de modo que consigam confrontar os modelos de gestão adotados por empresas capitalistas e por EES. Já no segundo ano letivo, são abordados aspectos relacionados à cooperação na agricultura familiar, potencialidades e desafios do trabalho associativo/cooperativo, noções sobre desenvolvimento socioeconômico local, redes e circuitos locais, assim como os setores da economia em que as cooperativas e EES atuam e informações sobre a representação do Sistema Cooperativo e da Economia Solidária. Por fim, no terceiro ano letivo, são identificadas as diferenças entre associação e cooperativa e trabalhados os passos para a formação de um empreendimento (estatuto social, órgãos de administração e fiscalização, assembleia de constituição, registros e documentação necessária para a formalização de uma cooperativa, livro caixa, livro ata, entre outros assuntos), bem como noções básicas sobre legislação cooperativa e políticas públicas para o segmento.

Evidencia-se a importância desse componente curricular, para a sistematização e reflexão teórica de temas que complementam as experiências práticas vivenciadas pelas/os educandas/os no cotidiano da EFASUL. Como forma de contribuição para o aprimoramento do processo formativo desenvolvido pela Escola, em especial relacionado a esse componente curricular, sugerimos a incorporação de uma metodologia que possa resultar na construção de projetos coletivos por parte das/os educandas/os. Essa metodologia pode ser desenvolvida ao longo dos três anos de formação, de forma paralela e articulada com os conteúdos abordados, de modo que, no final da jornada formativa, as/os educandas/os constituíssem grupos (formalizados ou não), que contribuíssem para a sua permanência no campo.

Estes projetos coletivos podem ser pensados a partir de uma articulação com os Projetos Profissionais do Jovem (PPJ), que são propostas individuais das/os educandas/os, necessários, inclusive, para a conclusão do Curso Técnico em Agroecologia. Para a realização dos PPJs, as/os educandas/os elaboram e implementam uma intervenção em suas propriedades, a partir dos seus interesses

peçoais e em diálogo permanente com suas famílias, que pode ser uma melhoria em algo já existente ou uma inovação, de acordo com os princípios da Agroecologia. Por que não articular essas propostas individuais com propostas coletivas? Que podem envolver toda a turma ou então pequenos grupos organizados a partir de interesses comuns ou mesmo geograficamente, agregando jovens que residam próximos.

Segundo Machado, Mota e Peter (2021), apesar de uma parcela significativa de egressas/os da EFASUL permanecer nas propriedades de suas famílias, poucos conseguiram levar adiante projetos próprios. Isto se dá por diversas razões, tais como a falta de condições socioeconômicas para implementar um projeto e a falta de políticas públicas que deem suporte para as iniciativas da juventude rural. A articulação através de projetos coletivos pode ser um caminho para superar essas dificuldades. Avançar nessa perspectiva pode se constituir como um grande diferencial no processo formativo da EFASUL. Esses projetos coletivos permitirão transpor os aprendizados proporcionados pelas diferentes atividades do cotidiano da Escola, dentro e fora da sala de aula, no período pós-formação.

Para concluir esta seção, trazemos ainda mais uma informação, relevante para o tema abordado. Após a finalização do terceiro ano letivo do Curso Técnico em Agroecologia, as/os educandas/os realizam Estágio Profissional Supervisionado, com carga horária de 400 horas, distribuídas em duas etapas (IFSUL, 2016). A primeira etapa é desenvolvida em propriedades de referência em Agroecologia, com o intuito de que a/o jovem vivencie um cotidiano de trabalho diferente do seu e de sua família. Neste momento são privilegiadas famílias que possuem agroindústria, que participam de feiras ou outras formas de organização coletiva. A segunda etapa é realizada em organizações/instituições parceiras da EFASUL, dentre as quais se destacam associações e cooperativas com atuação na área da agricultura familiar e da Agroecologia, tais como: a União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC); a Cooperativa União dos Agricultores Familiares de Canguçu e a Cooperativa Bionatur Sementes Agroecológicas. Esta opção se dá, também, pelo direcionamento proposto no PPC (IFSUL, 2016), que prevê organizações desse tipo no campo de atuação profissional das/os egressas/os do Curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender o papel da cooperação e da solidariedade no processo formativo desenvolvido pela Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL), junto às/aos jovens do campo do Território Zona Sul do RS. A metodologia utilizada foi qualitativa, com características de um estudo de caso, articulando as técnicas de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e, principalmente, observação participante, uma vez que faço parte dessa instituição.

Ao longo do texto, procuramos apresentar e contextualizar a experiência da EFASUL, seu surgimento e seus princípios, buscamos também entender o que são o Cooperativismo e a Economia Solidária, enquanto formas de organização do trabalho que se diferenciam do sistema econômico dominante, para que então pudéssemos compreender como os temas da cooperação e da solidariedade aparecem no cotidiano da Escola e, mais do que isso, conseguir visualizar a contribuição dessa estratégia pedagógica na construção de possibilidades para a permanência das/os jovens no campo.

Como vimos, os temas da cooperação e da solidariedade perpassam todo o fazer pedagógico da EFASUL, que vai muito além da sala de aula, contemplando diversos momentos do cotidiano escolar, tais como: as práticas desenvolvidas na área agrícola experimental, os mutirões realizados em propriedades parceiras, os coletivos de trabalho para manutenção e higienização dos ambientes, a construção coletiva de acordos, a convivência das/os educandas/os durante o período em que estão alojados na escola, a realização de rodas e assembleias para as tomadas de decisão, entre outras situações. Além disso, como forma de complementar a prática já presente no cotidiano, a EFASUL desenvolve um componente curricular denominado "Economia Solidária e Cooperação Agrícola", durante os três anos de formação do Curso Técnico em Agroecologia. E, ainda, ao final da jornada na escola, as/os educandas/os são incentivadas/os a realizar seus estágios profissionais, requisito para a conclusão do Curso, em espaços de trabalho coletivo, tais como associações e cooperativas.

Como forma de contribuição ao trabalho já desenvolvido pela EFASUL, no sentido do aprimoramento do seu processo formativo, sugere-se a incorporação de uma metodologia a ser desenvolvida pelo componente curricular "Economia Solidária

e Cooperação Agrícola”, de modo que ao longo dos três anos de formação, de forma paralela aos conteúdos abordados, sejam construídos projetos coletivos por parte das/os educandas/os. Esses projetos coletivos podem ser pensados em articulação com o Projeto Profissional do Jovem (PPJ), projeto realizado de forma individual pelas/os educandas/os em suas propriedades rurais, conforme explicitado anteriormente.

Concluimos, desta forma, que a cooperação e a solidariedade se constituem como eixos estratégicos para um processo formativo realmente diferenciado, que seja capaz de produzir conhecimentos e práticas que contribuam para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas no espaço rural, de modo a superar os problemas que são comuns às/aos agricultoras/es familiares e suas filhas e filhos, possibilitando a existência e a resistência no campo.

Por fim, é importante destacar que esses temas – cooperação e solidariedade - dialogam, profundamente, com a proposta pedagógica da EFASUL, que é pautada pelos princípios da Agroecologia, da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância. Podemos dizer que esses temas mais do que complementam o processo formativo, eles são indispensáveis para a efetiva contribuição na promoção da autonomia e emancipação das/os jovens do campo, a partir de uma formação integral, que possibilite a permanência dessas/es jovens em suas propriedades rurais.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Lucimar Santiago de; BELLON, Stéphane; TORRES, Tércia Zavaglia. A contribuição das ciências e do movimento social para a agroecologia no Brasil. **Com Ciência** – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2016.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (Org). **Por uma educação do Campo**. São Paulo: ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 2002.

_____. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 35-64, 2009.

_____. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; et al. (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 259-267, 2012.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade:** a dinâmica da Economia Solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006. 325p. Tese (Doutorado em Economia), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Certificadas.** Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551> Acesso: 16 jun 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>> Acesso: 16 jun 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>> Acesso: 16 jun 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acesso: 16 jun 2021.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroecologia.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, 2016. Disponível em: <http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/curso/206>. Acesso: 18 jun 2021.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos Assentamentos.** Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso: 16 jun 2021.

HOLYOAKE, G.J. **Os 28 Tecelões de Rochdale:** História dos probos pioneiros de Rochdale. TABORDA, Archimedes (tradução). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Carmen Janaina Batista Machado; MOTA, Carla Rosane da Silva; PETER, Demaicon Schmidt. Educação do Campo e Agroecologia como suporte à construção da autonomia e emancipação de jovens rurais: o caso da Escola Família Agrícola da Região Sul. In: BARCELLOS, Sérgio Botton. (Org). **Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil:** existências e resistências. 1 ed. Curitiba: Appris, p. 177-208, 2021.

MACHADO, Carmen Janaina Batista Machado; AMARAL, Gisela Lange do.; MOTA, Carla Rosane da Silva. Práticas de mutirão como processo formativo na Escola Família Agrícola da Região Sul. In: BENÍSIO, Joel Duarte; COSTA, Tiago Pereira da. (Orgs.). **Anais do I Conferência Nacional da Pedagogia da Alternância do Brasil (CONPAB) & I Colóquio Internacional Interdisciplinar da Pedagogia**

da Alternância & IV Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância no Brasil. Salvador, Bahia, Brasil: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. UNEFAB, 2019. Disponível em: <<https://conpab.com.br/anais/>> Acesso: 27 jun 2021.

MOREIRA, Rodrigo Machado; CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Revista Agricultura São Paulo**, São Paulo, v.51, n.2, p.37-56, jul./dez., 2004.

NOSELLA, Paolo. **Educação no campo:** origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012, 288p.

PETER, Daniele Schimidt. **Escola Família Agrícola da Região Sul:** educação ambiental na transformação da realidade socioambiental do campo. 2018. 154p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Tecnologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

ROSA, Eliezer Pedroso. **Políticas Públicas de Economia Solidária no Rio Grande do Sul.** 2013. 148p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SCHMIDT, Wilson. Educação do Campo, Agroecologia e Camponato: três ângulos, três lados, mas não um triângulo. Florianópolis (SC): **NEA** EduCampo/UFSC, 2018.

SIES. Sistema de Informações em Economia Solidária. **Atlas Digital da Economia Solidária.** Disponível em <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>> Acesso: 16 jun 2021.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

RECH, Carla Michele. Entre mediações e (re) configurações: a trajetória do Fórum de Agricultura Familiar. **Interseções:** Revista de Estudos Interdisciplinares, 17(1), p. 274-293, jun. 2015.